

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Goiás em Cena

O que é o Pacto Nacional pela Primeira Infância? - Goiás em Cena

.....

Instituto Rui Barbosa

Congresso internacional de combate a corrupção tem início na Universidade de Salamanca com a participação de Membros da Diret

.....

Sony Lacereda

Presidentes do TCE e TCU reúnem prefeitos em evento na Capital

.....

O que é o Pacto Nacional pela Primeira Infância? - Goiás em Cena

Iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 2019, o Pacto Nacional pela Primeira Infância integra mais de 300 signatários, que formam uma rede de proteção à criança no Brasil.

O CNJ desenvolve um projeto denominado "Justiça Começa na Infância", com o objetivo de fortalecer a atuação do Sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral, em articulação com os signatários do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

O projeto do CNJ consiste em um conjunto de ações que visam:

o Realizar diagnóstico nacional da situação de atenção às crianças na primeira infância no Sistema de Justiça brasileiro, para subsidiar a definição de prioridades e tomada de decisões

o Sensibilizar e mobilizar os atores do Sistema de Justiça e do sistema de garantia de direitos em todo o país, por meio da realização de seminários regionais, visando estabelecer uma atuação integrada em favor da promoção do desenvolvimento integral na primeira infância

o Capacitar operadores do direito e equipes técnicas, assim como profissionais de toda rede de serviços sobre os princípios, diretrizes e estratégias representadas pelo Marco Legal da Primeira Infância

o Identificar, disseminar e fomentar a implementação de boas práticas de aplicação do Marco Legal da Primeira Infância, para o aprimoramento de políticas, programas e serviços

Entre os signatários do Pacto estão o Governo Federal, por meio dos ministérios da Economia, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, Cidadania, Mulher, Família e dos Direitos Humanos e Educação; o Congresso Nacional; do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Tribunal de Contas da União (TCU); o Instituto Rui Barbosa (IRB); a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon); a Controladoria Geral da União (CGU); o Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); os tribunais de justiça de vários estados; algumas universidades; Ministério Público; Defensoria Pública; de alguns governos estaduais e municipais; as assembleias legislativas; organismos internacionais; organizações governamentais; fundações, sindicatos e sociedade civil organizada.

O TJGO era o único signatário goiano desse Pacto Nacional até março de 2022. Como resultado do trabalho desenvolvido pelo TJGO, Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e o recém-criado Comitê Técnico de

Avaliação do Pacto Nacional pela Primeira Infância, do Instituto Rui Barbosa, 10 instituições goianas aderiram à iniciativa, em 12 de abril de 2022, em evento no Tribunal de Justiça. Na ocasião também foi criado o Comitê Goiano pelo Pacto Nacional.

Primeira Infância

A primeira infância é a principal fase da vida do ser humano. Vai da gestação ao sexto ano de vida. É na primeira infância que se formam 90% das conexões cerebrais dos cerca de 100 bilhões de neurônios, que se iniciam mesmo antes do nascimento. Essas conexões contribuem para formar seres humanos saudáveis, produtivos e participantes da sociedade. O que se vive na primeira infância tem impacto para toda a vida.

Ações positivas na primeira infância podem contribuir para diminuir as desigualdades, quebrar o ciclo da pobreza, aumentar a escolaridade, diminuir a violência e a quantidade de pessoas nas prisões, número de usuários de drogas e percentual de adolescentes grávidas. Além de contribuir para aumentar salários, reduzir doenças cardiovasculares, depressão, diabetes, obesidade, entre outras.

Por outro lado, a criança vulnerável vivencia situações de risco, que a colocam em exposição prolongada a fatores negativos como a pobreza, fome, falta de cuidados, violência e negligência, gerando o que se chama de estresse tóxico, que tem efeitos graves. A não garantia dos seus direitos compromete de forma acentuada o seu desenvolvimento cerebral, com impacto negativo no aprendizado, além de consequências deletérias quando adultos, como o acometimento de doenças crônicas.

Situação Sucinta da Primeira Infância no Brasil

Há cerca de 20 milhões de crianças no Brasil na primeira infância, das quais 9 milhões são vulneráveis, e pelo menos uma em cada três vive na pobreza ou na pobreza extrema. Estima-se, nesse momento, que em torno de 1,8 milhão de crianças sofrem com a insegurança alimentar grave, isto é, passam fome. Por certo, trata-se de uma situação vergonhosa e inadmissível.

No Brasil, entre as crianças na primeira infância, 42% delas não têm saneamento básico adequado, sendo 39% sem esgotamento sanitário, 17% sem água encanada e 11% sem coleta de lixo. Essa situação, consequência da enorme desigualdade social existente no país, tem gerado doenças e mortes inaceitáveis.

Metade dos responsáveis pelas crianças de até 4 anos não concluiu o ensino médio. Entre os 25% mais pobres da população, apenas 27,8% das crianças estão em creches. 39% das crianças de 2 a 3 anos não frequentam a creche por falta de acesso, seja por escassez de vagas ou de unidades escolares na localidade.

Dos 2,8 milhões de crianças que nascem no Brasil por ano, pelo menos 1,1 milhão de suas mães não fizeram o ideal de sete consultas pré-natais. Isso equivale a dizer que o país trata mal suas crianças até mesmo antes de nascerem. Morrem no Brasil, por ano, cerca de 1.900 mulheres em função da gestação. É preciso lembrar que gestação não é doença. Se a taxa de mortalidade materna no Brasil fosse equivalente à da Europa, teríamos cerca de 300 óbitos isto é, 1.600 óbitos a menos. Vale lembrar que, mesmo assim, gestante não é para morrer.

Todo quadro acima descrito piorou muito com a pandemia da Covid 19, com restrições de atenção às necessidades

das famílias junto às redes públicas de saúde, apoio e renda.

O que os signatários do Pacto podem fazer juntos?

Os signatários do Pacto Nacional pela Primeira Infância têm, em uma atuação conjunta, a oportunidade de contribuírem para a melhoria dos indicadores dessa faixa etária, sensibilizando e mobilizando seus próprios recursos e a sociedade, para aderirem maciçamente a esse projeto, como indutores de políticas públicas.

Os objetivos devem ser os de avaliar, acompanhar, fortalecer, contribuir e promover a análise de situação da clientela e monitorar os indicadores sobre a primeira infância e as atividades integradas de todos os setores que atuam com ações a ela voltadas. Trata-se de uma prioridade mundial, no caso específico do Brasil, de uma exigência para fazer valer os direitos das crianças, conforme a Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância.

Publicado em 24/03/2025

Congresso internacional de combate a corrupção tem início na Universidade de Salamanca com a participação de Membros da Diretoria do IRB

A Universidade de Salamanca, na Espanha, recebe, entre os dias 24 e 28 de março de 2025, o VI Congresso Internacional de Controle Público e Luta Contra a Corrupção. O evento, promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Fundação Geral da Universidade de Salamanca, reúne especialistas e autoridades de Brasil, Portugal e Espanha, e tem como objetivo discutir os principais desafios do Controle Externo e da fiscalização dos recursos públicos em escala internacional.

A solenidade de abertura aconteceu no Salão Menor da Hospedería Fonseca, nesta segunda-feira (24/03), com a moderação dos Diretores acadêmicos do Congresso, Professor Doutor Antonio Arias Rodríguez, da Universidade de Salamanca, e Professor Doutor Conselheiro Sebastião Helvecio, Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Rui Barbosa.

O dispositivo de honra da cerimônia contou com a participação de importantes autoridades, entre elas, o Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do Instituto Rui Barbosa e Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; o Professor Doutor Juan Manuel Corchado, Reitor da Universidade de Salamanca; e o Doutor Mario Amilivia González, Presidente do Conselho de Contas de Castilla y León.

Durante a solenidade, o Conselheiro Edilberto Pontes ressaltou a importância da Universidade de Salamanca para a integração entre os países ibero-americanos. "Essa universidade multicentenária tem relevantes contribuições para o desenvolvimento Ibero-americano nas áreas do Direito, da Administração Pública. Então, é uma satisfação mais uma vez estarmos aqui, fortalecendo esta integração entre os nossos países."

Ele também destacou o papel do Instituto Rui Barbosa no aprimoramento das instituições de controle, "o Instituto Rui Barbosa, no Brasil, é denominado 'a casa do conhecimento dos Tribunais de Contas', e nossa missão é estimular os debates, as discussões, promover a publicação de obras técnicas, agindo como uma espécie de farol que ilumina e aponta caminhos para os Tribunais de Contas do Brasil", afirmou.

Encerrando sua fala na solenidade, o Conselheiro Edilberto Pontes reforçou a relevância do evento. "Pela qualidade da programação e de seus palestrantes, eu tenho a certeza de que este Congresso, que já se tornou obrigatório na agenda dos Tribunais de Contas do Brasil, nos proporcionará muitos aprendizados, nesta troca de experiências, garantindo que tenhamos altos padrões de integridade, governança e bom funcionamento das nossas instituições", concluiu.

Na sequência, o Conselheiro Sebastião Helvecio apresentou a programação do evento, que contará com cinco dias de debates intensos, distribuídos em quarenta e cinco conferências agrupadas em dez mesas temáticas. O congresso abordará temas organizacionais, tecnológicos, judiciais e fiscais ligados à fiscalização dos recursos públicos, contando com a participação de acadêmicos, Conselheiros e Diretores de instituições de Controle Externo.

Em seguida, a conferência inaugural foi conduzida pelo Doutor Mario Amilivia González, que abordou o tema "Controle externo na Espanha e Castilla y León, com especial menção à Autoridade Independente contra a Corrupção". A apresentação destacou os avanços e desafios enfrentados pelas instituições de controle externo na prevenção e combate à corrupção. O Presidente da Câmara de Contas da Andaluzia e da Associação de Organismos de Controle Externo da Espanha (ASOCEX), Doutor Manuel Alejandro Cardenete, foi o responsável por conduzir o momento.

O Instituto Rui Barbosa (IRB) tem um papel de destaque no congresso, com a participação de seus membros em diversos painéis e debates ao longo da programação. O Conselheiro Edilberto Pontes, Presidente do IRB, será um dos palestrantes na discussão sobre "Federalismo fiscal brasileiro: características e impactos no financiamento de políticas públicas". Já o Conselheiro Sebastião Helvécio, Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto, abordará temas como "O papel dos Tribunais de Contas na promoção do desenvolvimento". Ainda na programação desta segunda-feira, o Presidente do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade do IRB e Membro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), Conselheiro Júlio Pinheiro, irá apresentar a palestra "A COP 30 e o Papel dos Tribunais de Contas na questão climática".

Primeira Infância

O Reitor da Universidade de Salamanca, Professor Doutor Juan Manuel Corchado, foi agraciado pelo Presidente do Instituto Rui Barbosa, Conselheiro Edilberto Pontes, e pelo Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB e Membro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Conselheiro Edson Ferrari, com um exemplar do livro "A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades".

Publicada pelo IRB e o TCE-GO, a partir de uma abordagem aprofundada, a obra trata das desigualdades que impactam o desenvolvimento das crianças de zero a seis anos e do papel fundamental dos Tribunais de Contas na fiscalização e promoção de Políticas Públicas voltadas a essa fase crucial da vida humana.

Programação

Ao longo dos cinco dias, o Congresso contará com quarenta e cinco conferências distribuídas em dez mesas temáticas, abordando aspectos tecnológicos, organizacionais e fiscais do controle público. O evento também marcará a inauguração do Centro Permanente do Instituto Rui Barbosa no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca, fortalecendo a cooperação acadêmica entre Brasil e Espanha.

Com uma programação robusta e a presença de renomados especialistas, o VI Congresso Internacional de Controle Público e Luta Contra a Corrupção reafirma sua relevância como um espaço de discussão e troca de experiências

sobre os avanços e desafios do controle externo no cenário global.

Esta sexta edição do Congresso conta com o apoio do Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE), do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca, e do Tribunal de Contas de Portugal.

Presidentes do TCE e TCU reúnem prefeitos em evento na Capital

O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Fábio Nogueira, e o do Tribunal de Contas da União, ministro Vital do Rêgo Filho, vão abrir segunda-feira (24), às 9h, no Centro Cultural Ariano Suassuna, ambiente do TCE, o "Diálogo Público Paraíba".

Trata-se de programa destinado a ouvir demandas, trocar experiências e buscar soluções para os desafios da administração pública enfrentados, diariamente, pelos municípios. Evento promovido pelo TCU em parceria com o TCE-PB.

O propósito é o da proximidade com as gestões municipais. É orientar, opinar e capacitar prefeitos, prefeitas e suas equipes, em benefício de ações eficientes, transparentes e úteis à sociedade. Uma das iniciativas do "Diálogo Público", ainda em fase de elaboração, será a certificação dos gestores municipais, também, por meio de cursos à distância, ao cabo dos quais poderão obter o selo de "Gestor Capacitado".

Voltado para o desenvolvimento e a transformação social, o "Diálogo Público", em sua versão paraibana, terá, às 10 horas, palestra magna do conselheiro Cézar Miola (TCE-RS). Vice-presidente de Relações Político-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), ele discorrerá sobre "Atas de registro de preços: requisitos e precauções para adesão".

Painéis - "Primeira Infância e Gestão Municipal: Caminhos para uma Política Intersetorial" será tema do primeiro painel de discussão coordenado pela diretora de Políticas Públicas da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a advogada Marina Fragata Chicaro.

Participarão das discussões o vice-presidente do TCE/PB, conselheiro André Carlo Torres Pontes" e o coordenador do Comitê de Primeira Infância da Atricon, conselheiro Edson José Ferrari (TCE-GO). Haverá, ainda, a participação da secretária de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável d TCU Vanessa Lopes de Lima.

O segundo painel começará às 14 horas e versará sobre "Obras Públicas: Execução, Fiscalização e Prestação de Contas". É tema de cuja discussão participarão a secretária de Controle Externo de Infraestrutura do TCU Keyla Araújo Boaventura, o gerente nacional e coordenador da Sala do PAC na Caixa Rodrigo Flores Gorski e o auditor federal do Controle Externo do TCU Evaldo Araújo Ramos.

O terceiro e último painel, sobre "Transferências Especiais, Desafios e Oportunidades", começará às 16 horas e terá as discussões a cargo do secretário adjunto de Relações Internacionais do TCU Waldemir Paulino Paschoiotto, da

auditora chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do TCU Patrícia Coimbra Souza Neto, do auditor federal de Controle Externo do TCU Michel de Oliveira Bandeira, do auditor de Controle Externo do TCE/PB Luzemar da Costa Martins e do 1º vice-presidente da Federação das Associações dos Municípios da Paraíba (Famup) André Luiz Gomes de Araújo.